



CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS PARA PROFESSOR I – ESPECIALISTA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ARAÇATUBA – FAC-FEA

Curso: Direito – Área: Direito Civil e/ou Direito Processual Civil

PROVA OBJETIVA – 14/06/2024 – 14h

ORIENTAÇÕES PARA A PROVA:

1. Verifique se este caderno de provas contém 50 (cinquenta) questões objetivas;
2. As questões objetivas têm 04 (quatro) opções de resposta (A, B, C e D) e somente uma delas está correta.
3. Verifique se o caderno de prova está completo, sem repetições de questões ou falhas, solicitando outro aos fiscais, caso necessário;
4. A prova deve ser respondida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente;
5. Reserve tempo suficiente para preenchimento do cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato.
6. Não se admitirá rasuras;
7. A fiscal não dará qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é de responsabilidade do candidato;
8. Durante a realização da prova não será permitido qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito;
9. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como computador portátil, *tablet's* ou similares e relógio digital. O candidato deverá desliga-los antes do início da prova.
10. A prova terá duração de 03 (três) horas.
11. Os últimos dois candidatos que permanecerem na sala deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então, deixarem juntos o local.
12. Aguarde a autorização para abrir o caderno de questões.
13. Ao final da prova devem ser entregues o caderno de questões e o cartão de respostas com o nome e a assinatura dos candidatos nos campos próprios para preenchimento e assinatura.
14. **Boa prova!**



**CONCURSO PÚBLICO PARA O ENSINO SUPERIOR – FEA Nº 001/2024
/06/2024**

Prova: Direito Civil e/ou Direito Processual Civil

NOME: _____

ASSINATURA: _____

NOTA: _____

1. Murilo é casado há 17 anos com Joice. Apesar de estarem separados há 8 anos, nunca formalizaram o divórcio. Atualmente, Murilo reside no Rio de Janeiro, onde mantém um relacionamento com Otávio, tendo, inclusive, adotado uma filha com ele. Joice desconhece esse fato. Com relação aos fatos narrados, assinale a alternativa correta:

- a) A união estável de Murilo com Otávio pode ser reconhecida judicialmente, desde que comprovada a separação de fato entre Murilo e Joice.
- b) É inadmissível o reconhecimento de união estável de pessoa casada, vez que os impedimentos matrimoniais se aplicam na hipótese
- c) Apenas a união estável entre o homem e a mulher pode ser reconhecida como entidade familiar
- d) Reconhecida a união estável entre Murilo e Otávio, automaticamente será lavrado o divórcio de Murilo e Joice

2. Ana Clara e Nilton mantém união estável há 10 anos, sem que tenham formalizado qualquer contrato ou escritura pública. Durante a vigência da união, Ana Clara herdou uma fazenda no Mato Grosso e Nilton comprou, com recursos próprios, um apartamento avaliado em R\$ 250 mil. Com relação aos fatos narrados, é correto afirmar:

- a) A fazenda pertence exclusivamente a Ana Clara e o apartamento é de propriedade exclusiva de Nilton, vez que, ante a ausência de formalização da união, prevalece o regime de separação de bens
- b) Tanto a fazenda como o apartamento pertencem a ambos os companheiros, que fazem jus a meação. Isso porque, diante da ausência de formalização da união, adota-se o regime da comunhão total de bens
- c) Ana Clara tem direito à meação do apartamento, enquanto a fazenda, por ser proveniente de herança, é bem exclusivo de Ana Clara. Isso devido a aplicação do regime da comunhão parcial de bens à hipótese.
- d) Como a união estável não está formalizada será necessário demonstrar o esforço comum para definir a quem pertence qual bem

3. Com relação aos alimentos, assinale a alternativa correta:

- a) Os alimentos entre ex-cônjuges são fundados na solidariedade familiar, sendo independentes da comprovação de necessidade.
- b) A obrigação alimentar dos avós tem natureza principal e solidária, tendo em vista o dever de assistência entre ascendentes e descendentes
- c) Somente no caso de impossibilidade total ou parcial do cumprimento da obrigação de alimentos pelos pais, os avós assumem obrigação de natureza subsidiária e complementar
- d) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade é automático, não estando sujeito à decisão judicial.

4. José tem o dever de pagar alimentos a sua filha, Alana, determinado judicialmente. Ao receber suas férias, José percebeu o desconto da pensão alimentícia. Com relação aos fatos narrados, assinale a alternativa correta:



- a) o 13º salário (gratificação natalina) e o adicional de férias (terço constitucional) não integram a base de cálculo da pensão alimentícia
- b) As parcelas denominadas auxílio-acidente, cesta-alimentação e vale-alimentação, que tem natureza indenizatória, estão incluídas no desconto para fins de pensão alimentícia
- c) Se não houver pactuação em sentido inverso, 13º salário e adicional de férias integram a base de cálculo da pensão alimentícia. Da mesma forma, o entendimento do STJ inclui as horas extras, na base de cálculo da pensão alimentícia.
- d) Participação nos lucros, adicional de férias e horas extras estão excluídos da base de cálculo de pagamento da pensão alimentícia. Já o 13º salário integra a referida base de cálculo.

5. Maria Lúcia manteve relacionamento ocasional com Pedro, do qual resultou uma gravidez. Diante desse fato, ingressou com uma ação de alimentos gravídicos, que foram deferidos. Com o nascimento do bebê:

- a) Cessam os alimentos, sendo necessária a comprovação da paternidade via DNA
- b) Os alimentos serão convertidos em pensão alimentícia em favor do menor até que uma das partes solicite a sua revisão
- c) Os alimentos gravídicos serão extintos, devendo Maria Lúcia promover ação de alimentos autônoma em benefício do menor
- d) Os alimentos serão convertidos em pensão alimentícia em favor do menor, desde que comprovada a paternidade

6. Aloisio descobriu que tem um filho, Heitor, de 23 anos, cuja existência ele desconhecia. Ao tomar ciência desse fato, Aloísio:

- a) Pode reconhecer o filho, havido fora do casamento, por escritura pública ou particular, independentemente do consentimento de Heitor
- b) Dependerá do consentimento de Heitor para reconhecer a paternidade
- c) Só pode reconhecer o filho na via judicial e mediante comprovação da paternidade via exame de DNA
- d) Pode reconhecer o filho, havido fora do casamento, por decisão judicial. Por se tratar de filiação biológica, Heitor não pode se opor a esse reconhecimento.

7. Com relação ao instituto da curatela, assinale a alternativa correta:

- a) Os menores são colocados em curatela com o falecimento dos pais ou caso estes percam o poder familiar
- b) O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito
- c) Deve ser imposta às pessoas com deficiência, mesmo que possam exprimir sua vontade, aos ébrios habituais, pródigos e viciados em tóxico
- d) Não é admitida a curatela compartilhada da pessoa com deficiência

8. Entende-se por tomada de decisão apoiada:

- a) Processo que permite aos menores de 18 anos órfãos, ou cujos genitores perderam o poder familiar, indiquem apoiadores de sua confiança para auxiliá-los na tomada de decisões sobre a vida civil
- b) Processo que afasta o absolutamente incapaz da gestão de seu patrimônio
- c) Procedimento administrativo que possibilita que deficientes, relativamente incapazes, indiquem duas pessoas de sua confiança para auxiliá-los na tomada de decisões sobre a vida civil
- d) Processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil



9. Natalia foi diagnosticada com Mal de Alzheimer e apresenta sinais leves de demência. Os frequentes esquecimentos estão comprometendo sua qualidade de vida e a tomada de decisões. Diante desses fatos, é correto afirmar que:

- a) Natalia deve ser interdita, vez que inapta para os atos da vida civil
- b) Natalia é relativamente incapaz e necessita de assistência em suas decisões
- c) Natalia pode valer-se do processo de tomada de decisão apoiada
- d) Natalia precisa de autorização judicial para a prática de qualquer ato da vida civil

10. Melina e Samuel se casaram em regime de comunhão parcial de bens em 2002. Melina já era proprietária de um apartamento em Santos, adquirido em 1997. Em 2005, Melina recebeu, por herança, uma casa na cidade de São Vicente. Em 2010, o casal adquiriu um terreno em São Paulo e em 2012, Samuel comprou um veículo. No corrente ano, acordaram sobre o divórcio. Quanto à partilha de bens, pode-se afirmar que:

- a) Todos os bens são aquestos que devem ser partilhados igualmente, exceto o apartamento em Santos, que é propriedade exclusiva de Melina.
- b) Tanto o apartamento de Santos como a casa de São Vicente são bens exclusivos de Melina. Os demais bens são aquestos que devem ser partilhados igualmente.
- c) O apartamento de Santos é propriedade exclusiva de Melina e o carro é propriedade exclusiva de Samuel. Os demais bens devem ser partilhados igualmente.
- d) Tanto o apartamento de Santos como a casa de São Vicente são propriedades exclusivas de Melina. O veículo é exclusivo de Samuel, devendo o terreno de São Paulo ser partilhado igualmente.

11. Vera era proprietária de uma chácara em Serra Negra quando se casou, em comunhão total de bens, com Antonio. Durante o casamento, Vera recebeu, como herança, a fração ideal de uma casa em Amparo, sendo estes os bens do casal. Vera faleceu em 2023, deixando dois filhos, Felipe e Larissa. Com relação aos fatos narrados, assinale a alternativa correta:

- a) Antonio é meeiro e herdeiro de todos os bens
- b) Antonio é meeiro, ficando com 50% dos imóveis; os filhos são herdeiros, cabendo a cada um 25% dos imóveis
- c) Quanto a chácara de Serra Negra, Antonio não é herdeiro nem meeiro, devendo o bem ser partilhado entre os filhos.
- d) Os bens devem ser partilhados exclusivamente entre Larissa e Felipe

12. Sobre a sucessão legítima, é correto afirmar:

- a) o regime de bens no casamento somente interfere na concorrência sucessória do cônjuge com descendentes do falecido
- b) o regime de bens no casamento interfere na concorrência sucessória do cônjuge com descendentes e ascendentes do falecido
- c) o regime de bens no casamento somente interfere na concorrência sucessória do cônjuge com ascendentes do falecido
- d) o regime de bens no casamento não interfere na concorrência sucessória do cônjuge

13. Com relação ao inventário e partilha, assinale a alternativa correta:

- a) Não há necessidade de se observar a maior igualdade possível na partilha de bens entre os herdeiros
- b) Não tem validade a partilha feita por ascendente, por ato de última vontade, mesmo que respeite a legítima dos herdeiros
- c) Mesmo os herdeiros sendo capazes, não será admissível a partilha extrajudicial, amigável, quando concorrerem com o cônjuge sobrevivente



d) Será sempre judicial a partilha se os herdeiros divergirem ou se um deles for incapaz

14. Ilza recebeu a notícia de que seu pai, com quem perdera contato, faleceu, deixando uma casa a ser herdada por ela e por um meio irmão. Ilza tem dívidas com um banco e sabe que, ao aceitar a herança, o valor será totalmente consumido pela instituição financeira. Assim, decide renunciar à herança. Ocorre que o banco percebeu a manobra, em pesquisa para localizar bens pertencentes a Ilza. Com relação aos fatos narrados, assinale a alternativa correta:

- a) Como a renúncia prejudica credores, o Banco poderá, com autorização do juiz, aceitar a herança em nome do renunciante.
- b) O Banco não poderá interferir na decisão de Ilza, devendo prosseguir na busca por bens penhoráveis
- c) O Banco poderá promover uma ação contra o meio irmão de Ilza, beneficiário da herança
- d) O Banco deverá se habilitar como herdeiro no inventário

15. Sobre a sucessão testamentária, é correto afirmar:

- a) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão
- b) As pessoas jurídicas não podem ser chamadas a suceder
- c) A pessoa que foi testemunha do testamento pode ser nomeada herdeira ou legatária
- d) Por testamento é possível deixar toda a herança para quem quiser, em ato livre de disposição de vontade

16. Marilu e Tulio se casaram em 2007, em regime de comunhão parcial de bens. Nenhum dos dois possuía qualquer bem imóvel à época. Em 2010, adquiriram uma cobertura em frente a praia de Ipanema, no Rio de Janeiro. Em 2023, Tulio faleceu sem deixar testamento. Tulio tem três filhos do primeiro casamento e o imóvel em Ipanema é o único bem a inventariar. Com relação aos fatos narrados é correto afirmar:

- a) A Marilu será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar.
- b) Os filhos de Tulio podem exigir o pagamento de aluguel, em razão da ocupação exclusiva do bem
- c) Os filhos de Tulio podem pleitear a reintegração de posse do imóvel, tendo em vista o falecimento do pai e o esbulho por parte de Marilu, que deveria deixar o imóvel e ali permanece de má-fé
- d) Em razão do regime de casamento, Marilu não tem o direito de habitação assegurado

17. Quanto à competência de foro para a ação de divórcio em que o casal tem filhos menores, é correto afirmar:

- a) O foro competente é o da residência da mulher
- b) O foro competente é o do último domicílio do casal
- c) o foro competente é o do domicílio do guardião dos filhos
- d) o foro competente é o do domicílio do réu

18. Silvia e Fernando, após 25 anos de casados, decidiram se divorciar. Entraram em acordo com relação a partilha de bens, guarda e pensão dos filhos, Aline, de 18 anos e Jean, de 11 anos. Eles pretendem realizar o divórcio consensual extrajudicial. Com relação aos fatos, assinale a alternativa correta:

- a) é cabível o divórcio na via administrativa, mas a escritura depende de homologação judicial
- b) é cabível o divórcio na via administrativa e a escritura independe de homologação judicial
- c) o divórcio deve ocorrer na via judicial porque o casal tem um filho menor
- d) é cabível o divórcio extrajudicial desde que Silvia e Fernando estejam assistidos por advogados distintos



19. É reconhecida como entidade familiar a união estável, caracterizada na convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família. Sobre a união estável é correto afirmar:

- a) não pode ser constituída por pessoa divorciada, enquanto não houver sido homologada a partilha de bens do casal
- b) não pode ser constituída por viúva, até 10 meses após o início da viuvez
- c) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens
- d) A pessoa separada de fato não pode constituir união estável

20. No que tange ao cumprimento de sentença em execução de alimentos:

- a) Se não forem pagas as três últimas prestações anteriores ao ajuizamento da ação, pode ser decretada a prisão civil do devedor de alimentos, que será cumprida em regime fechado, junto com os presos comuns
- b) O ordenamento jurídico brasileiro não admite nenhuma hipótese de prisão civil, em conformidade com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal
- c) A prisão civil será determinada de forma proporcional ao atraso no pagamento e aos prejuízos causados ao alimentando, respeitado o limite de 6 meses de prisão
- d) Caso seja determinada a prisão civil do devedor de alimentos, ela será cumprida em regime fechado e o cumprimento da pena não exime do pagamento das prestações vencidas e vincendas

21. Marília e Pedro formalizaram união estável, via escritura pública, em 2015. Em 2018, Pedro conheceu Mauricio e começou a manter com este um relacionamento homoafetivo. Desde então Pedro mantém os dois relacionamentos de forma simultânea. Com o falecimento de Pedro:

- a) Mauricio pode entrar com o reconhecimento da união estável, visando obter a pensão por morte, que será dividida com Marília.
- b) De acordo com o STF, a preexistência de união estável impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários
- c) Deve ser reconhecida a união estável com Mauricio para todos os fins, sucessórios e previdenciários
- d) Não é admitida a união estável entre Pedro e Mauricio vez que ausente o requisito de constituição de família, vez que a Constituição Federal entende por entidade familiar a união entre o homem e a mulher

22. Leonardo é deficiente visual. Em razão da deficiência:

- a) é considerado relativamente incapaz, necessitando de assistência para atos da vida civil como a constituição em união estável
- b) é considerado plenamente capaz, podendo casar-se e constituir união estável em igualdade com as outras pessoas
- c) é considerado absolutamente incapaz, necessitando de representante legal para todos os atos da vida civil, inclusive os atos ligados ao casamento e a constituição de união estável
- d) é considerado plenamente capaz, desde que constitua pessoa de sua confiança para a tomada de decisão apoiada

23. Os descendentes que concorrerem à sucessão do ascendente comum são obrigados, para igualar as legítimas, a conferir o valor das doações que dele em vida receberam, sob pena de sonegação. Trata-se da denominada:

- a) partilha
- b) homologação
- c) colação



d) habilitação

24. Com relação à curatela, assinale a alternativa correta:

- a) Se o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão universal, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial
- b) Se o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão parcial, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial
- c) Se o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de separação de bens, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial
- d) Mesmo que o curador seja o cônjuge, a prestação de contas sempre será obrigatória, independentemente do regime de bens do casamento

25. Não havendo convenção quanto ao regime de bens no casamento, vigorará:

- a) Comunhão total
- b) Separação obrigatória de bens
- c) Participação final nos aquestos
- d) Comunhão parcial

26. Quanto à jurisdição, assinale a alternativa correta:

- a) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, exceto no curso do processo judicial.
- b) Mesmo no caso de tutela provisória de urgência, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela tenha sido previamente ouvida
- c) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício
- d) Pelo princípio da aderência ao território, os juízes só têm autoridade dentro de seu foro

27. Tício interpôs recurso especial contra acórdão que negou provimento à sua apelação, sob o argumento de que teria ocorrido violação de dispositivo da legislação federal. A Presidência do Tribunal, no entanto, inadmitiu o recurso especial, ao fundamento de que o acórdão recorrido se encontra em conformidade com entendimento do Superior Tribunal de Justiça exarado no regime de julgamento de recurso repetitivo. Diante dessa situação hipotética, assinale a opção que indica o recurso que Pedro deverá interpor.

- a) agravo em recurso especial, para que o Superior Tribunal de Justiça examine se o recurso especial preenche ou não os requisitos de admissibilidade.
- b) agravo interno, para demonstrar ao órgão competente do próprio tribunal recorrido, conforme previsão regimental, que o acórdão recorrido versa sobre matéria distinta daquela examinada pelo Superior Tribunal de Justiça no regime de julgamento do recurso repetitivo.
- c) agravo interno, para demonstrar ao Superior Tribunal de Justiça que o acórdão recorrido versa sobre matéria distinta daquela examinada pelo mesmo Tribunal Superior no regime de julgamento do recurso repetitivo.
- d) agravo em recurso especial, para demonstrar ao órgão competente do próprio tribunal recorrido, conforme previsão regimental, que o recurso especial deveria ter sido admitido pela Presidência do Tribunal de origem.

28. Contra acórdão de tribunal de justiça que acabou por julgar, em sede de apelação, parcialmente procedente ação pelo rito comum, Fúlvio interpôs recurso extraordinário, alegando que o julgado teria contrariado dispositivo da Constituição Federal.



Simultaneamente, Tício opôs embargos de declaração contra o mesmo acórdão, suscitando a existência de omissão. Nessa situação hipotética,

- a) o recurso extraordinário de Fúlvio deverá ser considerado extemporâneo, visto que interposto antes do julgamento dos embargos de declaração de Tício.
- b) Fúlvio, após o julgamento dos embargos de declaração de Tício, terá o direito de complementar ou alterar as razões de seu recurso extraordinário, independentemente do resultado do julgamento dos embargos de declaração.
- c) Fúlvio não precisará ratificar as razões de seu recurso extraordinário para que o recurso seja processado e julgado se os embargos de declaração de Tício forem rejeitados, não alterando a decisão recorrida.
- d) Fúlvio deverá interpor novo recurso extraordinário após o julgamento dos embargos de declaração.

29. Com relação à ampliação do colegiado, em caso de acórdão não unânime proferido por tribunal, assinale a alternativa incorreta:

- a) ocorre no julgamento de apelação, agravo de instrumento e ação rescisória, apenas, independentemente de ser dado ou não provimento/procedência ao recurso/ação
- b) não é aplicável no acórdão que julga incidente de assunção de competência nem incidente de resolução de demandas repetitivas
- c) é aplicado no julgamento dos embargos de declaração interpostos de acórdão não unânime de apelação, quando o voto vencido for suficiente para modificar o resultado do julgamento, qualquer que seja o resultado dos embargos
- d) no caso de agravo de instrumento, somente ocorre quando houver reforma da decisão interlocutória

30. O impetrante se rebela contra ato atribuído ao Comandante da Marinha do Brasil, consistente na Portaria n. 534/MB, de 10 de novembro de 2014, que o promoveu, em ressarcimento de preterição, ao posto do Capitão-Tenente (IM). Alega que teve violado o seu direito líquido e certo, porquanto deveria ter sido promovido, em ressarcimento de preterição, ao posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM). Assinale a alternativa incorreta:

- a) o mandado de segurança deve ser impetrado perante o STJ
- b) da denegação deste mandado de segurança cabe recurso ordinário para STF
- c) da concessão deste mandado de segurança cabe recurso ordinário para o STF
- d) no RO, é possível discutir matéria de direito, fatos e provas

31. Sobre a petição inicial, assinale a alternativa correta:

- a) Será considerada inepta quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão
- b) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, não se admitindo a retratação do juiz
- c) Em nenhuma hipótese será admitido o pedido genérico
- d) Mesmo antes da citação, o autor só poderá aditar o pedido ou a causa de pedir com o consentimento do réu

32. Marcus promove ação de rescisão contratual e despejo em face de Tício, com quem mantém contrato de locação. Alegando possuir interesse jurídico da solução da demanda, Mélvio intervém no processo, na qualidade de assistente de Tício. Assinale a alternativa errada:

- a) Mélvio terá função de auxiliar de Tício
- b) o assistente poderá praticar atos que o assistido eventualmente não tenha praticado, desde que não viole declaração expressa dele
- c) quando Tício for omissivo e Mélvio atuar no processo, ele será considerado seu substituto processual
- d) Mélvio ficará vinculado ao resultado da demanda, por força da coisa julgada material formada nos autos



33. João contratou a seguradora "Bom Tempo Seguros", para garanti-lo de eventuais prejuízos ocorridos com o uso de seu automóvel novo. Ocorre que, em determinado dia, João atropela Pedro, causando-lhe a amputação da perna, além de outros danos. Pedro promove ação de reparação de danos contra João. Assinale a alternativa errada:

- a) a seguradora "Bom Tempo" tem interesse jurídico em intervir na causa como assistente simples de João
- b) se a seguradora intervier como assistente de João, ela poderá interpor recurso de apelação se o assistido não recorrer da sentença
- c) em sua contestação, João pode efetuar a denunciação da lide à seguradora, com o propósito de obter, na mesma ação, o ressarcimento por eventual indenização a que venha a ser condenado
- d) uma vez denunciada à lide, a seguradora é considerada assistente simples de João, só podendo interpor recurso de apelação se o denunciante consentir

34. Conforme previsto na legislação processual em vigor, não é obrigatória a citação de ambos os cônjuges:

- a) em reais imobiliárias, salvo se casados sob regime de separação absoluta – nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticados
- b) resultantes de fatos que digam respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles
- c) fundada em dívida contraída por um dos cônjuges, independentemente de sua natureza
- d) que tenham por objeto o reconhecimento, constituição ou extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges

35. Mário e João discutem em ação real a propriedade de um automóvel, que está na posse deste último. Durante o processo, João aliena o bem a Fúlvio. Assinale a alternativa correta:

- a) a alienação do bem a terceiro é nula
- b) com a alienação, João deixa de ser parte legítima para figurar o polo passivo da ação, pois o novo proprietário é que passa a ter legitimidade "ad causam"
- c) o juiz determinará a sucessão de partes, independentemente de concordância de Mário, passando a figurar Fúlvio como réu da ação
- d) caso Mário não concorde com a sucessão de partes, João será substituto processual de Fúlvio e este poderá participar do processo como assistente

36. Proposta demanda em face da SPPREV, alegou a parte autora ter sido companheira de servidor público, já falecido, para pleitear a condenação da autarquia ao pagamento de pensão por morte. Citada, a autarquia apresentou, no prazo legal, a sua contestação, negando o vínculo que a autora afirmara ter mantido com o servidor, pugnando pela improcedência do pedido. Encerrada a fase instrutória, com ampla produção de provas, o juiz da causa concluiu, de forma expressa, pela configuração da entidade familiar alegada na inicial, condenando a ré a conceder o benefício previdenciário. Transitada em julgado a sentença a questão acerca da existência de união estável:

- a) faz coisa julgada material, vez que se trata de questão prejudicial decidida com ampla produção de prova
- b) não faz coisa julgada material, por carecer o juízo onde a ação foi julgada de competência absoluta para julgamento do tema
- c) não faz coisa julgada material, vez que esta é restrita às questões decididas no dispositivo da sentença, conforme a teoria restritiva adotada pelo Código de Processo Civil
- d) faz coisa julgada material, vez que, para o Código de Processo Civil, a coisa julgada atinge os motivos importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença e a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença



37. Tício, menor representado por sua genitora, propôs ação de investigação de paternidade em face de Caio, seu suposto pai, no ano de 1998. Tadeu foi devidamente citado, apresentou contestação e requisitou a produção de laudo pericial que foi deferida pelo juiz. O laudo pericial foi produzido e apontou que Tício não era filho biológico de Caio. A sentença negativa de paternidade transitou em julgado em 2000. Em 2020, Tício ajuizou uma segunda ação de investigação de paternidade. Assinale a alternativa correta:

- a) conforme entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal, na segunda ação de investigação de paternidade é possível ocorrer a revisão da coisa julgada, em virtude do direito ao estado de filiação ser indisponível
- b) a revisão atípica da coisa julgada autorizada pela jurisprudência, na hipótese, só seria admissível no caso de ausência de exame de DNA na ação original
- c) somente é admissível a revisão da coisa julgada por meio de ação rescisória e, em alguns casos de vícios transrescisórios, via impugnação ao cumprimento de sentença
- d) no julgamento da segunda ação, o juiz da causa poderá reconhecer a paternidade, vez que, como se trata de relação jurídica continuativa, não ocorre coisa julgada material

38. Interposto recurso extraordinário contra acórdão de tribunal de justiça que declarou a inconstitucionalidade de lei federal, o Supremo Tribunal Federal:

- a) pode negar seguimento ao recurso, afastando a repercussão geral do assunto nele veiculado, por 2/3 dos membros
- b) pode negar seguimento ao recurso, afastando a repercussão geral do assunto nele veiculado, por 1/3 dos membros
- c) pode negar seguimento ao recurso, afastando a repercussão geral do assunto nele veiculado, por metade dos membros
- d) considerará como existente a repercussão geral no recurso

39. Caio, advogado, efetua o cumprimento de sentença, para pagamento de honorários advocatícios. Obtém o bloqueio de ativos financeiros do devedor, em conta poupança. Assinale a alternativa correta:

- a) após ciência do devedor, a indisponibilidade será convertida em penhora
- b) a penhora será considerada nula até o montante de 40 salários mínimos, em razão da impenhorabilidade absoluta dos bens
- c) a penhora será considerada nula até o montante de 60 salários mínimos, em razão da impenhorabilidade absoluta dos bens
- d) apenas será válida a penhora se, antes da determinação da indisponibilidade de ativos financeiros, for dada ciência ao devedor

40. Promovido cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública:

- a) ela será intimada a efetuar o pagamento, em 15 dias, sob pena de multa de 10% e honorários de 10%
- b) ela será intimada a impugnar o cumprimento de sentença, em 30 dias
- c) ela será intimada a impugnar o cumprimento de sentença, em 15 dias
- d) ela será intimada a efetuar o pagamento, em 3 dias, sob pena de honorários de 10%

41. Efetuado o pedido de tutela antecipada antecedente,

- a) se concedida a tutela provisória, o autor deverá fazer o aditamento da petição inicial em 15 dias, sob pena de extinção do processo sem solução do mérito
- b) se concedida a tutela provisória, o autor deverá fazer o aditamento da petição inicial em 30 dias, a contar de sua efetivação, sob pena de perder efeito
- c) se não for concedida a tutela provisória, o autor deverá fazer o aditamento da petição inicial em 15 dias, sob pena de extinção do processo sem solução do mérito



d) se não for concedida a tutela provisória, o autor deverá fazer o aditamento da petição inicial em 30 dias, sob pena de extinção do processo sem solução do mérito

42. É admitida a concessão liminar de tutela provisória de evidência nos seguintes casos:

- a) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente, havendo tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante e quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte
- b) se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito e a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável
- c) quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte e a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável
- d) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente, havendo tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, e se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito

43. Não dependem de prova:

- a) os fatos relevantes, controversos, precisos e confessados
- b) notórios, controversos, presumidos e relevantes
- c) os fatos notórios, incontroversos, confessados e presumidos
- d) presumidos, relevantes, controversos e precisos

44. Em ação de reparação de danos morais e materiais decorrentes do uso de tabaco, o juiz indeferiu a inversão do ônus da prova, por constituir a chamada “probatio diabólica”. Nesse caso:

- a) a decisão é equivocada, vez que, havendo relação de consumo, a inversão do ônus da prova é obrigatória
- b) o autor tem o ônus de interpor agravo de instrumento da decisão, sob pena de preclusão da matéria
- c) a decisão é acertada, vez que a distribuição estática do ônus da prova não admite exceção
- d) o autor somente questionará a decisão interlocutória em apelação ou contrarrazões de apelação, vez que incabível agravo de instrumento na hipótese

45. Determinado acórdão proferido por tribunal de justiça, fundado em lei considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, poderá ser impugnado por:

- a) ação rescisória, em dois anos a partir do trânsito em julgado do acórdão rescindendo, caso a coisa julgada se forme após o pronunciamento da Corte Constitucional
- b) impugnação ao cumprimento de sentença, caso a coisa julgada se forme antes do pronunciamento da Corte Constitucional
- c) ajuizamento de “querela nulitatis”, sendo prevento o juízo em que a ação original tramitou
- d) ação rescisória, em dois anos a partir do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, caso a coisa julgada se forme antes do pronunciamento da Corte Constitucional

46. Diante de julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária que envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos, é cabível:

- a) incidente de resolução de demandas repetitivas
- b) incidente de assunção de competência
- c) incidente de recurso especial repetitivo
- d) incidente de repercussão geral



47. Fúlvio trafegava com seu carro quando se envolveu em acidente com um veículo do Município de São Paulo, vinculado à Secretaria de Saúde. Em razão do tempo em que precisou ficar internado e da realização de diversas cirurgias, Fúlvio ingressou com ação de reparação por danos morais e materiais em face do ente público. Na sentença, os pedidos foram julgados procedentes, com condenação do ente público ao pagamento de 200 (duzentos) salários mínimos, não tendo a ré interposto recurso. Diante de tais considerações, assinale a afirmativa correta.

- a) a sentença está sujeita à remessa necessária, pois a condenação é superior a 100 (cem) salários mínimos, limite aplicável ao caso, o que impede o cumprimento de sentença pelo advogado da autora.
- b) a sentença está sujeita à remessa necessária em qualquer condenação que envolva a Fazenda Pública.
- c) a sentença não está sujeita à remessa necessária, porquanto a sentença condenatória é ilíquida
- d) a sentença não está sujeita à remessa necessária, pois a condenação é inferior a 500 (quinhentos) salários mínimos, limite aplicável ao caso

48. Caio teve sua fazenda invadida por um grupo formado por dezenas de pessoas, o que o levou a promover ação de reintegração de posse. Ocorre que, durante o trâmite da demanda, os invasores saíram do imóvel rural, vindo a se fixar defronte à propriedade de Caio. Ao final, o juiz da causa julgou procedente a ação, deferindo a tutela possessória de manutenção de posse. Nesse caso, a sentença:

- a) é nula, vez que é “extra petita”
- b) é nula, vez que é “citra petita”
- c) é nula, vez que é “ultra petita”
- d) é válida

49. Considerando os seguintes pedidos: i) reconhecimento da autenticidade de documento; ii) decretação do divórcio; iii) imposição do dever de pagamento de perdas e danos; iv) procedência da ação de despejo; v) reintegração ao cargo de funcionário público em razão da ilegalidade da demissão, partindo da classificação quinária das ações, elas podem ser classificadas como:

- a) declaratória, constitutiva, condenatória, executiva lato sensu, mandamental.
- b) constitutiva, declaratória, condenatória, executiva lato sensu, mandamental.
- c) constitutiva, declaratória, executiva lato sensu, mandamental, declaratória.
- d) declaratória, constitutiva, condenatória, mandamental, executiva lato sensu.

50. Tício faleceu em Araçatuba (SP), vítima de um ataque cardíaco fulminante. Empresário de sucesso, domiciliado na cidade de São Paulo (SP), Tício possuía inúmeros bens, dentre os quais se incluem uma casa de praia em Bertiooga (SP), uma fazenda em Curitiba (PR) e alguns veículos de luxo, atualmente estacionados em uma garagem em Natal (RN). Neste cenário, assinale a opção que indica o foro competente para o inventário e a partilha dos bens deixados por Tício.

- a) Os foros de Bertiooga (SP) e Curitiba (PR), concorrentemente.
- b) O foro de São Paulo (SP).
- c) O foro de Curitiba (PR).
- d) O foro de Araçatuba (SP).